

A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM FRENTE ÀS BARREIRAS DE ACESSO DOS POVOS INDÍGENAS AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

THE ROLE OF NURSING IN ADDRESSING BARRIERS TO ACCESS TO HEALTHCARE SERVICES FOR INDIGENOUS PEOPLES

Ingrid Raielle Silva LIMA

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-2949-3370>

Instituto Educacional Santa Catarina Faculdade Guaraí (IESC/FAG)

E-mail: ingridraielle8@gmail.com

Jaqueline Rodrigues da SILVA

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2901-4583>

Instituto Educacional Santa Catarina Faculdade Guaraí (IESC/FAG)

E-mail: jaqueline.silva@iescfag.edu.br

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão bibliográfica da literatura, a atuação da enfermagem frente às barreiras de acesso enfrentadas pelos povos indígenas nos serviços de saúde. Foram selecionados 20 estudos publicados entre 2015 e 2025 nas bases SciELO, PubMed, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Acadêmico. A análise foi organizada em eixos temáticos relacionados às barreiras geográficas, estruturais, organizacionais e culturais, bem como ao papel da enfermagem na mediação intercultural e na promoção do cuidado integral. Observou-se que, apesar da existência de políticas públicas específicas, como a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e a organização dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, persistem desafios que comprometem a equidade e a integralidade da assistência, especialmente em regiões como o estado do Tocantins. Conclui-se que a atuação da enfermagem é fundamental para a superação dessas barreiras, por meio do acolhimento, da escuta qualificada, da educação em saúde e do respeito às especificidades socioculturais, contribuindo para a ampliação do acesso e para a efetivação de um cuidado humanizado e intercultural.

Palavras-chave: Saúde indígena. Enfermagem. Acesso aos serviços de saúde. Interculturalidade. Povos indígenas.

ABSTRACT

This study aims to analyze, through a literature review, the role of nursing in addressing the barriers to healthcare access faced by Indigenous peoples in Brazil. Twenty studies published between 2015 and 2025 were selected from the SciELO, PubMed, Virtual Health Library (BVS), and Google Scholar databases. The analysis was organized into thematic axes related to geographic, structural, organizational, and cultural barriers, as well as the role of nursing in intercultural mediation and the promotion of comprehensive care. Findings indicate that, despite the existence of specific public policies, such as the National Policy for the Healthcare of Indigenous Peoples and the organization of the Special Indigenous Health Districts, significant challenges persist, particularly in regions such as the state of Tocantins,

compromising equity and integrality of care. It is concluded that nursing plays a fundamental role in overcoming these barriers through welcoming practices, qualified listening, health education, and respect for sociocultural specificities, thereby contributing to expanded access and the effectiveness of humanized and intercultural healthcare.

Keywords: Indigenous Health. Nursing. Access to Health Services. Interculturality. Indigenous Peoples.

INTRODUÇÃO

A saúde indígena no Brasil configura-se como um campo complexo e historicamente marcado por desigualdades sociais, culturais, territoriais e institucionais. Os povos indígenas apresentam modos próprios de compreender o processo saúde-doença, fundamentados em saberes tradicionais, práticas culturais e relações comunitárias, que muitas vezes divergem do modelo biomédico predominante nos serviços de saúde. Apesar dos avanços normativos e da criação de políticas públicas específicas, como a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), persistem barreiras significativas que dificultam o acesso dessa população aos serviços de saúde, comprometendo a integralidade, a equidade e a resolutividade do cuidado (Silva; Pereira; Gómez, 2018).

Entre os principais obstáculos enfrentados pelos povos indígenas no acesso aos serviços de saúde, destacam-se as barreiras geográficas, caracterizadas pela distância entre as aldeias e os centros urbanos, a precariedade dos meios de transporte e as dificuldades de comunicação em regiões de difícil acesso. Soma-se a isso a limitação estrutural dos serviços, a insuficiência de recursos humanos capacitados e a rotatividade frequente de profissionais de saúde, fatores que fragilizam a continuidade do cuidado e o vínculo com as comunidades indígenas. Essas condições contribuem para a manutenção de indicadores desfavoráveis de saúde, como maiores taxas de morbimortalidade, agravos evitáveis e dificuldades no acompanhamento de condições crônicas (Gallatti; Perez Filho, 2025).

Além dos aspectos estruturais, as barreiras culturais e linguísticas representam desafios relevantes para a efetivação da atenção à saúde indígena. A falta de compreensão dos costumes, crenças, valores e línguas indígenas por parte dos profissionais de saúde pode gerar situações de desconfiança, incompreensão e resistência ao cuidado ofertado. A imposição de práticas biomédicas descontextualizadas, sem o devido reconhecimento dos saberes tradicionais, compromete o acolhimento e a adesão aos tratamentos, evidenciando a necessidade de uma abordagem intercultural que valorize o diálogo entre diferentes formas de conhecimento (Garnelo, 2012; Langdon; Wiik, 2010).

Nesse contexto, a atuação da enfermagem assume papel estratégico na promoção do cuidado integral aos povos indígenas. O enfermeiro, enquanto profissional que estabelece contato direto e contínuo com os usuários, desempenha funções fundamentais relacionadas ao acolhimento, à escuta qualificada, à educação em saúde, à prevenção de agravos e à articulação entre os saberes tradicionais e o sistema formal de saúde. A prática da enfermagem na saúde indígena exige sensibilidade cultural, ética profissional e compromisso com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente no que se refere à equidade e à humanização da assistência (Brasil, 2010; Garnelo, 2012).

A enfermagem também se destaca como mediadora no processo de fortalecimento do vínculo entre as comunidades indígenas e os serviços de saúde. Por meio de ações

educativas culturalmente adequadas, do respeito às lideranças locais e da valorização da autonomia dos povos indígenas, o enfermeiro contribui para a construção de estratégias de cuidado mais eficazes e socialmente contextualizadas. Nesse sentido, a qualificação profissional e a formação voltada para a interculturalidade tornam-se essenciais para superar práticas assistenciais excludentes e promover a inclusão dos povos indígenas nos serviços de saúde (Langdon; Wiik, 2010; Brasil, 2010).

A enfermagem ocupa posição estratégica dentro das equipes multidisciplinares que atuam na atenção à saúde indígena, uma vez que desenvolve ações voltadas tanto para a assistência direta quanto para a promoção da saúde e prevenção de agravos. Em muitos territórios indígenas, o enfermeiro representa um dos profissionais que mantém maior proximidade com as comunidades, acompanhando continuamente as demandas de saúde e contribuindo para a construção de vínculos de confiança. Essa proximidade favorece a identificação precoce de necessidades de saúde, a implementação de ações educativas e o fortalecimento da participação comunitária no processo de cuidado (Monteiro *et al.*, 2023).

Além das competências técnicas inerentes à profissão, a atuação da enfermagem na saúde indígena requer habilidades relacionadas à comunicação intercultural, ao respeito às práticas tradicionais de cuidado e à valorização dos conhecimentos produzidos pelas próprias comunidades. O desenvolvimento dessas competências contribui para a construção de relações mais humanizadas e para a redução das barreiras que frequentemente dificultam o acesso e a permanência dos usuários indígenas nos serviços de saúde. Dessa forma, a prática de enfermagem ultrapassa a dimensão assistencial e assume papel fundamental na promoção da equidade em saúde (Langdon; Wiik, 2010).

Diante desse cenário, torna-se relevante refletir sobre a atuação da enfermagem frente às barreiras de acesso dos povos indígenas aos serviços de saúde, considerando os desafios estruturais, culturais e organizacionais que permeiam esse contexto. Compreender essas barreiras e analisar o papel do enfermeiro na superação delas contribui para o fortalecimento das políticas públicas, para a melhoria da qualidade da assistência e para a promoção de um cuidado mais equânime e humanizado. Assim, este estudo propõe-se a analisar, por meio de uma revisão bibliográfica, a atuação da enfermagem diante das barreiras de acesso enfrentadas pelos povos indígenas nos serviços de saúde, buscando evidenciar estratégias e práticas que favoreçam a ampliação do acesso e a efetivação do cuidado integral (Da Silva Pereira *et al.*, 2024).

No estado do Tocantins, a atenção à saúde dos povos indígenas apresenta características próprias, considerando a diversidade étnica presente no território e a organização dos serviços de saúde voltados a essa população. O estado abriga diferentes povos indígenas, atendidos por Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), responsáveis pela execução das ações de atenção primária à saúde nas aldeias e comunidades indígenas. Apesar da existência de uma estrutura específica para o atendimento dessa população, persistem desafios relacionados ao acesso aos serviços de saúde, especialmente no que se refere à distância geográfica, às limitações estruturais e à necessidade de práticas culturalmente adequadas (Brasil, 2014).

Nesse contexto, a saúde indígena no Tocantins reflete problemáticas semelhantes às observadas em outras regiões do país, como a dificuldade de acesso aos serviços especializados, a rotatividade de profissionais e as barreiras culturais e linguísticas no processo de cuidado. A atuação dos profissionais de enfermagem torna-se fundamental para a promoção do cuidado integral, do acolhimento e da mediação intercultural, contribuindo para a efetivação das políticas públicas e para a ampliação do acesso dos povos indígenas aos serviços de saúde no âmbito estadual (Brasil, 2010).

A discussão acerca da saúde indígena no Brasil exige o reconhecimento da diversidade étnica e cultural que caracteriza os povos originários. De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população indígena brasileira ultrapassa 1,6 milhão de pessoas, distribuídas em diferentes regiões do país e pertencentes a centenas de povos com línguas, tradições e formas próprias de organização social. Essa pluralidade reforça a necessidade de que as políticas e ações em saúde sejam planejadas de forma sensível às especificidades culturais de cada comunidade, evitando práticas homogêneas que desconsiderem suas particularidades e necessidades locais (IBGE, 2023).

Além da diversidade cultural, os povos indígenas convivem com importantes desigualdades sociais que impactam diretamente suas condições de saúde. Questões relacionadas à vulnerabilidade socioeconômica, insegurança alimentar, dificuldades de acesso à educação e limitações na infraestrutura básica contribuem para a manutenção de indicadores de saúde menos favoráveis quando comparados aos da população não indígena. Estudos recentes apontam que tais fatores sociais influenciam significativamente a ocorrência de doenças infecciosas, agravos nutricionais e condições crônicas, evidenciando a necessidade de abordagens intersetoriais capazes de promover melhorias nas condições de vida dessas populações (Santos; Cardoso; Siqueira, 2021).

A Constituição Federal de 1988 representou um marco fundamental para a garantia dos direitos dos povos indígenas, reconhecendo sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. A partir desse reconhecimento, fortaleceu-se a construção de políticas públicas voltadas à promoção da saúde indígena, culminando na criação de estratégias específicas para assegurar o acesso universal e equitativo aos serviços de saúde. Nesse contexto, a implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas consolidou a proposta de um modelo assistencial diferenciado, pautado no respeito às características socioculturais e territoriais das comunidades indígenas (Souza Filho; Bergold, 2013).

Entretanto, apesar dos avanços observados nas últimas décadas, a efetivação do direito à saúde para os povos indígenas ainda enfrenta inúmeros desafios. Relatórios recentes destacam que dificuldades relacionadas ao financiamento dos serviços, à disponibilidade de profissionais qualificados e à integração entre os diferentes níveis de atenção continuam limitando a oferta de um cuidado integral e resolutivo. Tais obstáculos tornam-se ainda mais evidentes em regiões geograficamente distantes dos centros urbanos, onde a logística para a prestação da assistência apresenta maior complexidade (Linartevichi *et al.*, 2022).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica da literatura, de abordagem descritiva e qualitativa, desenvolvida com o objetivo de analisar a atuação da enfermagem frente às barreiras de acesso dos povos indígenas aos serviços de saúde. A revisão foi conduzida a partir de publicações científicas nacionais e internacionais, visando identificar evidências relevantes relacionadas ao tema proposto.

A busca pelas publicações foi realizada nas bases SciELO (Scientific Electronic Library Online), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PubMed e Google Acadêmico, considerando a relação direta dos estudos com a temática da saúde indígena e da atuação da enfermagem. Foram empregados os descritores “enfermagem”, “saúde indígena”, “povos indígenas” e “acesso aos serviços de saúde”, articulados por meio dos operadores booleanos AND e OR. Essa estratégia permitiu ampliar o alcance da pesquisa, favorecer a

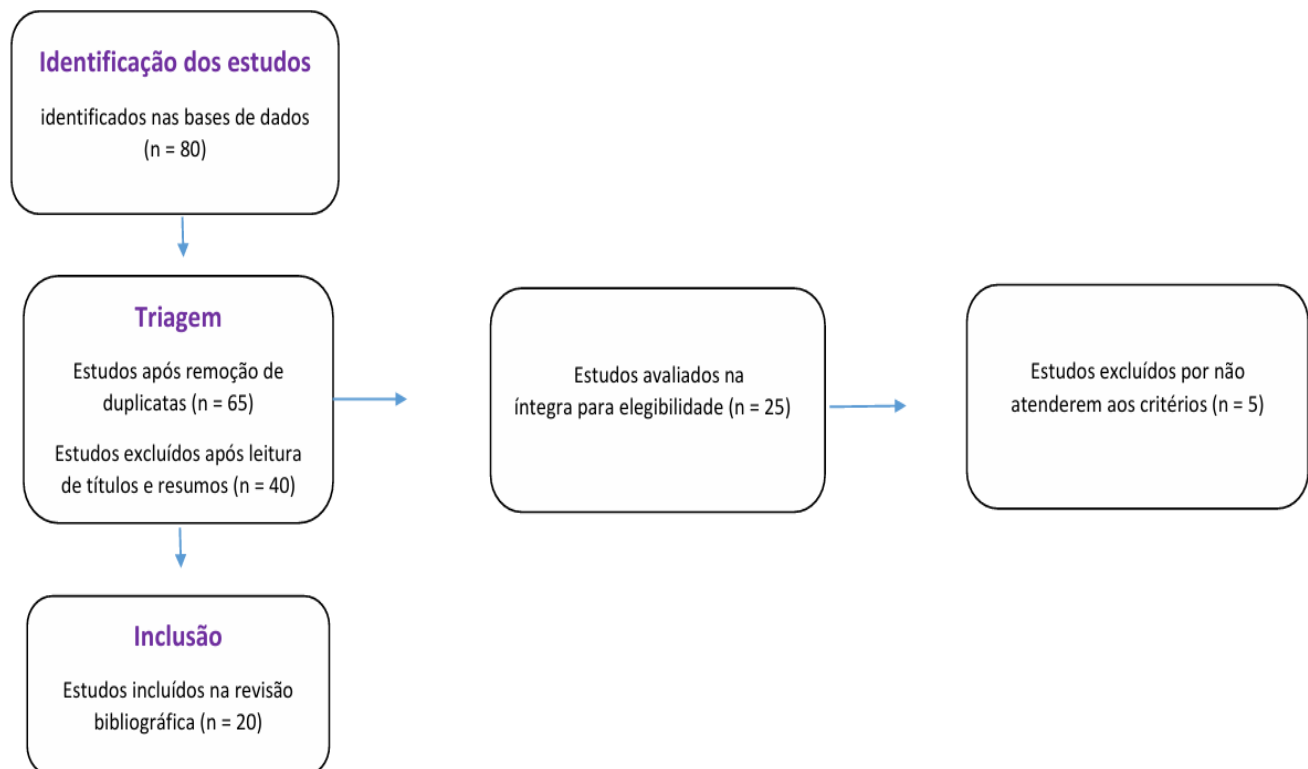
identificação de estudos pertinentes e selecionar materiais compatíveis com os objetivos propostos.

A seleção dos materiais considerou como critérios de inclusão os estudos disponíveis na íntegra, publicados entre 2015 e 2025, nos idiomas português, inglês ou espanhol, que abordassem a saúde indígena, o acesso aos serviços de saúde e a atuação da enfermagem diante das barreiras enfrentadas por essa população. Foram priorizadas publicações com aderência aos objetivos da pesquisa e relevância para a discussão proposta. Por outro lado, foram excluídos estudos duplicados, materiais sem relação direta com o tema, resumos simples, editoriais, cartas ao leitor e trabalhos que não apresentavam contribuição consistente para a construção da revisão bibliográfica.

Após a etapa de busca, os estudos encontrados foram submetidos à leitura dos títulos e resumos, seguida da leitura na íntegra daqueles que atenderam aos critérios estabelecidos. A análise dos dados foi realizada de forma descritiva e interpretativa, possibilitando a organização das informações em eixos temáticos relacionados às barreiras de acesso e à atuação da enfermagem na atenção à saúde dos povos indígenas.

Inicialmente, foram identificados 80 artigos nas bases de dados selecionadas. Após a remoção dos estudos duplicados, permaneceram 65 artigos para análise. Em seguida, realizou-se a leitura dos títulos e resumos, sendo excluídos 40 estudos que não atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos. Ao final do processo, 20 artigos foram selecionados para compor a revisão bibliográfica. O processo de seleção dos estudos está representado no fluxograma apresentado na Figura 1.

Figura 1. Fluxograma da identificação, seleção e inclusão dos estudos



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no PRISMA (2020).

REVISÃO DE LITERATURA

O acesso à saúde pelos povos indígenas no Brasil permanece marcado por desigualdades históricas que refletem processos de exclusão social, territorial e cultural. Apesar do reconhecimento constitucional do direito à saúde e da existência de políticas públicas específicas, observa-se que grande parte dessa população ainda enfrenta dificuldades para acessar serviços de saúde de forma contínua e resolutive, o que impacta negativamente seus indicadores de saúde (Brasil, 2002; Mendes *et al.*, 2018).

A compreensão das dificuldades de acesso enfrentadas pelos povos indígenas exige uma análise que ultrapasse os aspectos exclusivamente relacionados à oferta dos serviços de saúde. Diversos estudos recentes apontam que os determinantes sociais da saúde exercem influência significativa sobre as condições de vida dessas populações, incluindo fatores como renda, escolaridade, saneamento básico, segurança alimentar e acesso à informação. Em muitas comunidades indígenas, a combinação desses fatores contribui para a persistência de agravos evitáveis e para o agravamento das desigualdades em saúde quando comparadas à população geral (Santos; Cardoso; Siqueira, 2021).

Além disso, a ocupação histórica dos territórios indígenas e os constantes conflitos relacionados à posse da terra também repercutem diretamente nas condições de saúde dessas populações. A redução dos territórios tradicionais, associada às pressões ambientais e econômicas, pode comprometer formas tradicionais de subsistência, impactando a alimentação, a saúde mental e o bem-estar coletivo das comunidades. Dessa forma, a promoção da saúde indígena demanda não apenas ações assistenciais, mas também estratégias que considerem os direitos territoriais e a preservação dos modos de vida tradicionais (Souza Filho; Bergold, 2013).

Entre as principais barreiras de acesso, destacam-se os fatores geográficos, uma vez que muitas comunidades indígenas estão localizadas em áreas remotas e de difícil acesso. A distância entre as aldeias e os centros urbanos, associada à precariedade dos meios de transporte, dificulta a realização de atendimentos regulares, exames diagnósticos e encaminhamentos para serviços de média e alta complexidade (Linartevichi *et al.*, 2022).

As dificuldades geográficas tornam-se ainda mais evidentes em regiões caracterizadas por extensas áreas rurais, florestais ou de difícil deslocamento. Em muitos casos, o acesso aos serviços de saúde depende de transporte terrestre precário ou de longos deslocamentos fluviais, que podem ser comprometidos por condições climáticas adversas. Essas limitações influenciam diretamente a continuidade do acompanhamento dos usuários, especialmente daqueles que necessitam de monitoramento periódico devido a doenças crônicas ou condições de maior complexidade clínica (Linartevichi *et al.*, 2022).

Outro aspecto relevante refere-se ao acesso aos serviços especializados. Embora a atenção primária esteja presente em diversas comunidades por meio das equipes multidisciplinares de saúde indígena, a necessidade de encaminhamento para consultas especializadas frequentemente exige deslocamentos para centros urbanos distantes. Essa realidade pode ocasionar atrasos diagnósticos, abandono do tratamento e dificuldades na continuidade do cuidado, comprometendo os princípios da integralidade e da equidade preconizados pelo Sistema Único de Saúde (Claro, 2024).

As barreiras culturais e linguísticas configuram-se como desafios relevantes no contexto da atenção à saúde indígena. A falta de compreensão acerca das crenças, práticas tradicionais e línguas indígenas por parte dos profissionais de saúde pode gerar situações de incompreensão, desconfiança e resistência ao cuidado ofertado, comprometendo a adesão aos tratamentos e a efetividade das ações de saúde (Langdon; Diehl, 2007; Brasil, 2010).

A interculturalidade constitui um dos pilares fundamentais para a construção de uma assistência em saúde mais efetiva junto às populações indígenas. Esse conceito pressupõe o reconhecimento da coexistência de diferentes sistemas de conhecimento e a valorização do diálogo entre práticas biomédicas e saberes tradicionais. Quando os profissionais de saúde demonstram respeito pelas formas próprias de compreensão do processo saúde-doença presentes nas comunidades indígenas, observa-se maior fortalecimento do vínculo terapêutico e maior participação dos usuários nas ações propostas (Langdon; Wiik, 2010).

Nesse contexto, a comunicação assume papel central na qualidade da assistência prestada. Barreiras linguísticas podem dificultar a compreensão das orientações fornecidas pelos profissionais de saúde, gerar insegurança durante os atendimentos e comprometer a adesão às condutas terapêuticas. Por esse motivo, estratégias que favoreçam a comunicação intercultural e a participação das lideranças comunitárias têm sido apontadas como importantes ferramentas para a qualificação do cuidado em saúde indígena (Monteiro *et al.*, 2023).

Com o intuito de minimizar essas desigualdades, o Estado brasileiro instituiu políticas públicas específicas voltadas à saúde indígena, com destaque para a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Essa política propõe um modelo de atenção diferenciado, fundamentado nos princípios do Sistema Único de Saúde, reconhecendo a necessidade de considerar as especificidades socioculturais e territoriais dessa população (Brasil, 2002).

A organização da atenção à saúde indígena ocorre por meio do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, estruturado a partir dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas. Esse modelo busca aproximar os serviços de saúde das comunidades, fortalecer a atenção primária e promover ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde de forma contextualizada (Brasil, 2010).

Entretanto, a efetivação das políticas públicas de saúde indígena enfrenta desafios relacionados à gestão, ao financiamento e à articulação com a rede de atenção à saúde do SUS. A dificuldade de acesso aos serviços especializados e hospitalares limita a integralidade do cuidado e evidencia fragilidades na organização dos fluxos assistenciais (Brasil, 2010; Mendes *et al.*, 2018).

Nesse cenário, a atuação da enfermagem assume papel central na atenção à saúde dos povos indígenas. O enfermeiro, por estar diretamente envolvido no cuidado cotidiano, desempenha funções relacionadas ao acolhimento, à escuta qualificada, à educação em saúde e à mediação entre os saberes tradicionais e o modelo biomédico (Langdon; Diehl, 2007; Oliveira *et al.*, 2020).

Além das atividades assistenciais, o enfermeiro desempenha papel relevante no planejamento, execução e avaliação das ações desenvolvidas pelas equipes de saúde indígena. Sua atuação envolve o acompanhamento de grupos prioritários, como gestantes, crianças, idosos e pessoas com doenças crônicas, além da realização de atividades educativas voltadas à promoção da saúde e prevenção de agravos. Essas ações contribuem para o fortalecimento da atenção primária e para a melhoria dos indicadores de saúde das comunidades atendidas (Monteiro *et al.*, 2023).

A educação em saúde desenvolvida pela enfermagem apresenta potencial para promover mudanças positivas nos hábitos de vida e ampliar o conhecimento das comunidades acerca de temas relacionados à prevenção de doenças e ao autocuidado. Quando conduzidas de forma culturalmente adequada e respeitosa, essas atividades favorecem a participação comunitária e fortalecem a autonomia dos povos indígenas na construção de estratégias voltadas à promoção da saúde coletiva (Da Silva Pereira *et al.*, 2024).

A prática da enfermagem na saúde indígena exige sensibilidade cultural, respeito às tradições e compromisso ético com os princípios da equidade e da humanização da assistência. A atuação intercultural do enfermeiro contribui para o fortalecimento do vínculo com as comunidades indígenas e para a construção de estratégias de cuidado mais efetivas e culturalmente adequadas (Langdon; Diehl, 2007; Brasil, 2010).

Dessa forma, a enfermagem destaca-se como agente fundamental na superação das barreiras de acesso enfrentadas pelos povos indígenas aos serviços de saúde. Por meio de práticas acolhedoras, educativas e culturalmente sensíveis, o enfermeiro contribui para a ampliação do acesso, a melhoria da qualidade da assistência e a promoção do cuidado integral à saúde indígena (Brasil, 2010; Langdon; Diehl, 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos analisados nesta revisão evidenciam que as barreiras de acesso enfrentadas pelos povos indígenas aos serviços de saúde no Brasil são multifatoriais, envolvendo aspectos geográficos, organizacionais, estruturais e socioculturais. Segundo Brasil (2010), embora exista um subsistema específico para a atenção à saúde indígena, persistem desigualdades que comprometem a efetividade das ações e o alcance do cuidado integral.

Os estudos analisados também demonstram que as dificuldades de deslocamento não afetam apenas o acesso inicial aos serviços de saúde, mas comprometem significativamente a continuidade do acompanhamento terapêutico. A literatura evidencia que o isolamento geográfico ainda representa uma das principais barreiras enfrentadas pelos povos indígenas no acesso aos serviços de saúde. Em muitas comunidades, a distância em relação aos centros urbanos, somada às dificuldades de transporte e à limitada articulação da rede assistencial, compromete a realização de consultas especializadas, exames e acompanhamentos contínuos. Essa realidade pode dificultar a continuidade do cuidado, especialmente entre pessoas com doenças crônicas, gestantes, crianças e outros grupos que necessitam de acompanhamento frequente (Claro, 2024; Linartevichi et al., 2022).

Além disso, essas limitações logísticas tornam-se ainda mais preocupantes em situações que exigem atendimento rápido, especializado ou de maior complexidade. As condições climáticas, a disponibilidade reduzida de transporte e as características geográficas dos territórios podem atrasar o encaminhamento para unidades de referência, aumentando a vulnerabilidade das populações indígenas e dificultando a efetivação de um cuidado integral (Claro, 2024; Linartevichi et al., 2022).

Nesse contexto, a valorização dos conhecimentos tradicionais emerge como elemento essencial para o fortalecimento das ações de saúde voltadas aos povos indígenas. O reconhecimento das práticas culturais relacionadas ao cuidado contribui para a construção de relações mais respeitadas entre profissionais e comunidades, favorecendo o diálogo intercultural, a adesão às orientações terapêuticas e a redução de situações de resistência ao atendimento (Langdon; Diehl, 2007; Langdon; Wiik, 2010). Esses aspectos evidenciam a importância de competências interculturais na atuação da enfermagem, conforme sintetizado no Quadro 1.

Quadro 1 – Síntese dos achados sobre competências interculturais e atuação da enfermagem na saúde indígena

Autor(es)	Principais achados	Contribuições para a saúde indígena
Barbosa (2024)	A educação permanente e a formação dos profissionais que atuam na saúde indígena contribuem para o desenvolvimento de competências culturais e interculturais, favorecendo práticas mais humanizadas e adequadas às realidades dos povos indígenas.	Fortalece a comunicação entre profissionais e usuários indígenas, valoriza os saberes tradicionais e favorece uma assistência mais sensível às diferenças culturais.
Oliveira (2023)	O enfermeiro desempenha papel estratégico devido ao contato direto e contínuo com as comunidades indígenas.	Atua no acolhimento, escuta qualificada, educação em saúde e mediação entre saberes tradicionais e biomédicos.
Maia et al. (2021)	A atuação da enfermagem na saúde indígena envolve ações assistenciais, educativas e de acompanhamento contínuo, exigindo preparo técnico, sensibilidade cultural e capacidade de adaptação às necessidades das comunidades.	Contribui para a identificação de demandas de saúde, fortalecimento do cuidado integral, orientação das famílias e ampliação da resolutividade da Atenção Primária à Saúde Indígena.
Casagrande et al. (2024)	A atenção especializada à saúde indígena ainda enfrenta desafios relacionados à articulação entre os serviços, ao desconhecimento dos profissionais sobre o contexto sociocultural das comunidades e à necessidade de qualificação do atendimento.	Contribui para evidenciar a importância da integração entre os diferentes níveis da rede de atenção, favorecendo encaminhamentos mais adequados, cuidado integral e maior sensibilidade às especificidades dos usuários indígenas.
Miranda et al. (2025)	A prática da enfermagem na saúde indígena requer sensibilidade cultural, ética profissional e formação voltada para a interculturalidade.	Contribui para a construção de estratégias de cuidado mais eficazes, humanizadas e contextualizadas socialmente.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026), com base em Barbosa (2024), Oliveira (2023), Maia et al. (2021), Casagrande et al. (2024) e Miranda et al. (2025).

No âmbito do estado do Tocantins, os estudos analisados revelam que, apesar da existência de Distritos Sanitários Especiais Indígenas responsáveis pela atenção primária nas aldeias, persistem desafios semelhantes aos observados em outras regiões do país. Segundo Brasil (2010), a dificuldade de acesso aos serviços especializados, aliada às barreiras culturais e à rotatividade de profissionais, limita a integralidade do cuidado e impacta negativamente os indicadores de saúde dessa população.

Dessa forma, os resultados desta revisão reforçam que o fortalecimento da atuação da enfermagem, aliado à qualificação profissional e à valorização da interculturalidade, constitui estratégia fundamental para a ampliação do acesso dos povos indígenas aos serviços de saúde. A atuação do enfermeiro como mediador do cuidado contribui para a efetivação das políticas públicas, para a melhoria da qualidade da assistência e para a promoção de um cuidado integral, equânime e culturalmente adequado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão bibliográfica permitiu compreender que o acesso dos povos indígenas aos serviços de saúde no Brasil ainda é marcado por diversos desafios que comprometem a efetivação da assistência integral e equitativa. Apesar da existência de políticas públicas específicas e dos avanços alcançados nas últimas décadas, persistem dificuldades relacionadas às condições geográficas, à infraestrutura dos serviços, à disponibilidade de profissionais e à organização da rede de atenção à saúde, fatores que impactam diretamente a qualidade do cuidado ofertado a essa população.

Nesse cenário, a enfermagem destaca-se como uma das principais categorias profissionais responsáveis pela promoção do cuidado integral nos territórios indígenas. Por meio do acolhimento, da escuta qualificada, da educação em saúde e da construção de vínculos com as comunidades, o enfermeiro exerce papel fundamental na aproximação entre os serviços de saúde e os usuários, contribuindo para uma assistência mais humanizada, acessível e culturalmente sensível.

Por fim, evidencia-se a necessidade de fortalecer as políticas públicas voltadas à saúde indígena, investir na qualificação dos profissionais e ampliar estratégias que valorizem a interculturalidade no cuidado. A consolidação de uma assistência que respeite as especificidades socioculturais dos povos indígenas representa um passo essencial para a redução das desigualdades em saúde e para a garantia do direito à atenção integral, promovendo maior equidade e qualidade na assistência prestada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Ingrid Bentes. **Popularização da ciência na enfermagem: experiências de enfermeiros na assistência à saúde indígena no Amazonas**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2024. Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/8376/8/TCC_IngridBarbosa.pdf. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: <https://api.saudeindigena.iciict.fiocruz.br/api/core/bitstreams/793b4b74-0562-42a7-99d6-9fec3e2f688e/content>. Acesso em: 05 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Atenção à saúde dos povos indígenas no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <https://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1450/1305>. Acesso em: 05 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. **Subsistema de Atenção à Saúde Indígena**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai>. Acesso em: 06 abr. 2026.

CASAGRANDA, Fabiana; LUZ, Verônica Gronau; MARTINS, Catia Paranhos; DIAS-SCOPEL, Raquel Paiva; FERNANDES, Ricardo; FONSECA, Wanaline. A saúde indígena na atenção especializada: perspectiva dos profissionais de saúde em um hospital de referência no Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, e00094622, 2024. DOI: 10.1590/0102-311XPT094622. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2024.v40n6/e00094622/pt/>. Acesso em: 15 jun. 2026.

CLARO, Alcileia Miriã. **Atenção primária à saúde indígena e o isolamento geográfico: revisão integrativa da literatura**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Maringá. Disponível em:

https://cdn.atenaeditora.com.br/atenaeditora/artigos_anexos/202601/XdV1bsIBNo1ZYJRjJrY8O79PmrAhl8ME5pX4pVxT.pdf. Acesso em: 06 abr. 2026.

DA SILVA PEREIRA, Pabloena et al. A inserção da humanização na atuação do enfermeiro com os povos indígenas do Amazonas. **Research, Society and Development**, v. 13, n. 5, p. e1313545702-e1313545702, 2024. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/45702>. Acesso em: 08 abr. 2026.

GALLATTI, Marcia Aparecida Salatini Dos Santos; PEREZ FILHO, Augusto Martinez. Povos indígenas e os desafios de acesso ao direito à saúde como forma de prevenção de conflitos no poder judiciário e a concretização da cidadania. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, v. 28, n. 3, p. 245-258, 2025. Disponível em: <https://www.revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/2379>. Acesso em: 15 abr. 2026.

GARNELO, L. Política de saúde indígena no Brasil: notas sobre a relação entre Estado e povos indígenas. **Saúde e Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 353–366, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/R7GRfRXh8Vg7LKr46wN8Wbd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal**. Agência IBGE Notícias, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal>. Acesso em: 15 jun. 2026.

LANGDON, E. J.; DIEHL, E. E. Participação e autonomia nos contextos de saúde indígena: reflexões a partir do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 2, p. 289–298, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/qYfpZpfYgbSHdtVVcQksvCx/?lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2026.

LANGDON, E. J.; WIILK, F. B. Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura aplicado às ciências da saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 18, n. 3, p. 459–466, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/5RwbrHQkrZ4X7KxNrhvwjTB/?lang=es>. Acesso em: 19 abr. 2026.

LINARTEVICH, Vagner Fagnani et al. Desafios dos profissionais de saúde no atendimento aos povos indígenas no Brasil—uma revisão. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 16, p. e303111638156-e303111638156, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/38156>. Acesso em: 22 abr. 2026.

MAIA, Alini Silva; NASCIMENTO, Erivan Miranda do; CARVALHO, Tatiane Panágio de; SOUSA, Cleidimara Gonçalves de. Os desafios da enfermagem na atenção integral à saúde dos povos indígenas. **Enfermagem em Foco**, v. 12, n. 2, p. 333-338, 2021. DOI: 10.21675/2357-707X.2021.v12.n2.4166. Disponível em: <https://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/4166>. Acesso em: 15 jun. 2026.

MENDES, A. M. et al. Atenção à saúde indígena no Brasil: avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 1847–1858, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rpsp/2018.v42/e184/pt/>. Acesso em: 01 jun. 2026.

MIRANDA, R. S. et al. Formação profissional e interculturalidade na saúde indígena: reflexões para a enfermagem. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 8, n. 1, p. 45–58, 2025. Disponível em: <https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/7328>. Acesso em: 01 jun. 2026.

MONTEIRO, Maria Aparecida Carvalho et al. Assistência de enfermagem à saúde das populações indígenas: revisão de escopo. **Cogitare Enfermagem**, v. 28, e88372, 2023. DOI: 10.1590/ce.v28i0.88372. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cenf/a/79WhpknWS8dyj5PfHj8kMvL/>. Acesso em: 15 jun. 2026.

OLIVEIRA, A. P. A atuação da enfermagem na atenção à saúde indígena: desafios e perspectivas. **Revista de Enfermagem em Foco**, v. 11, n. 4, p. 112–120, 2020. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/6454>. Acesso em: 02 jun. 2026.

OLIVEIRA, L. M. A enfermagem e a interculturalidade na saúde indígena. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 76, n. 2, p. 1–8, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/XvYQF3fXPM3kHRgBCc4L9Vs/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2026.

SANTOS, Antônia Batista dos; CARDOSO, Sâmia Lívia Miranda; SIQUEIRA, Maria da Conceição Caetano. O enfermeiro na saúde indígena: uma revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 16, e326101623468, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/24004>. Acesso em: 15 jun. 2026.

SILVA, A. B.; PEREIRA, C. D.; GÓMEZ, E. F. Desafios na atenção primária à saúde indígena no Brasil. **Panamericana de Saúde Pública**, v. 42, p. 1-10, 2018. DOI: 10.26633/RPSP.2018.184. Disponível em: <https://iris.paho.org/items/6b2fb6c5-4c7a-4256-9f52-7d87fa3cea46>. Acesso em: 02 jun. 2026.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de; BERGOLD, Raul Cezar. **Os direitos dos povos indígenas no Brasil: desafios no século XXI**. Curitiba: Letra da Lei, 2013.